

Maria Eliza
Linhares Borges



Uma visão da capital cinqüentenária

Este texto faz uma análise crítica da conferência proferida pelo memorialista Nelson de Senna durante as festividades de celebração do cinqüentenário de Belo Horizonte, em 1947, ocasião em que o conferencista exaltou a vocação modernista da capital mineira.

> ... a cidade somente será repensada e reconstituída sobre suas ruínas atuais depois de termos compreendido adequadamente que ela é o desdobramento do tempo daqueles que são seus moradores.

Henri Lefebvre

Doze de dezembro de 1947. Ainda não caíra a noite e diversas autoridades, civis e religiosas, representantes das esferas municipal, estadual e federal, já se reuniam no salão nobre do Instituto de Educação, na cidade de Belo Horizonte. Ao lado de um público seletivo, constituído por membros das elites mineiras, elas ali estavam para participar do encerramento das festividades que, desde o início do dia, vinham mobilizando parte dos 310.473 moradores da capital de Minas Gerais. No centro da mesa, o conferencista indicado pelo prefeito João Franzen de Lima aguardava a abertura da solenidade para então iniciar sua palestra: *O Cinquentenário de Belo Horizonte*.¹

A certeza de um grande evento não eliminava a curiosidade dos que ali se encontravam. Como aquele meio século de história de Belo Horizonte seria narrado pelo advogado e membro da Academia Mineira de Letras, Nelson de Senna? – indagava-se o público presente no salão do Instituto de Educação. Radicado em Belo Horizonte desde o tempo em que a capital se chamava Cidade de Minas, ele não apenas se destacava entre seus memorialistas, como também era conhecido como um grande colecionador de documentos sobre a história do Estado de Minas Gerais. Depois de anos organizando o *Anuário de Minas Gerais*, uma coleção de sete volumes contendo documentos sobre o passado de Minas e de sua capital, Nelson de Senna lançou, em 1923, a edição ilustrada de sua obra *Terra Mineira*.

Um dos primeiros indícios da credibilidade lograda por suas palavras foi o endosso do então governador de Minas Gerais. Em março de 1948, portanto apenas três

meses após a palestra de 12 de dezembro de 1947, a Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais concluía sua edição. Na folha de rosto, um pequeno encarte anunciava:

Esta Conferência foi mandada publicar em folheto, pelo Sr. Governador do Estado, Dr. Milton Soares Campos, em reconhecimento a seu mérito e em comemoração ao Cinquentenário de Belo Horizonte.²

Entre 1948 e 1951, Nelson de Senna recebeu e arquivou cartas e telegramas que demonstram como ele acionou sua rede de relações pessoais para divulgar sua visão da história da jovem capital mineira. Respostas elogiosas de pessoas interessadas em receber outros exemplares da conferência chegaram-lhe da *Sociedad Colombista Panamericana*, de Havana, das chefias das bibliotecas do Colégio Caraça, da cidade de Salvador e do Museu Paulista, de órgãos da imprensa de Recife, Rio de Janeiro e Petrópolis. De amigos de Lisboa, de hotéis de Belo Horizonte e de diversas cidades do país e de Minas ele também recebeu cumprimentos e aplausos.³ Sabe-se que uma edição de *O Cinquentenário de Belo Horizonte* foi publicada no Rio de Janeiro, ainda em 1948.

Que razões calçam o apoio dado essa conferência? Que motivos explicam sua notável aceitação por parte dos leitores? Como Nelson de Senna estruturou sua narrativa e sustentou seus argumentos? Popularizada como *O Folheto da conferência do cinquentenário*, a edição da palestra de Nelson de Senna contém 70 páginas de texto e duas de ilustrações. Juntos, o título do folheto, uma apresentação do governador de Minas Gerais e as duas gravuras antecipam o sentido ali atribuído ao meio século de história da capital de Minas.

As evidências de sua ampla circulação e aceitação sinalizam concordância com as idéias de Nelson de Senna. Para o analista de hoje, esse é um dado que não



Julius Kaukal (Viena, 1897 – Belo Horizonte, 1995), ilustração do arraial de Curral del Rei. In: SENNA, Nelson C. *Cinquentenário de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1948. Acervo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

pode ser desprezado; indica que a versão da história ali contida foi partilhada por muitos, exprimindo, portanto, um sentimento comum de como narrar o viver urbano naquele meado do século XX.

Imagens contrastantes

Começamos nossa análise pelas imagens.

O enquadramento da primeira gravura remete o leitor à memória de outras figurações de cidades coloniais mineiras. As plantas-baixas das casas ligeiramente desalinhadas e postadas nas laterais da rua, o calçamento pé-de-moleque, a torre de uma igreja colonial e um único edifício de dois andares parecem encontrar abrigo sob a

silhueta de uma serra protegida por um céu revoltado, quase barroco. A identidade dos atores, mais que individual, é coletiva. Põe o observador diante de tipos sociais próprios de um tempo em que as relações sociais eram tecidas *face a face*. A mulher com a trouxa de roupas na cabeça indica um mundo feito à mão; o cavaleiro e seu conhecido, o tempo pré-industrial; o cachorro vira-lata, a intimidade entre natureza e sociedade; a vestimenta do homem postado no meio da rua, a urbanidade.

A entrada da imagem, no nível do observador, sugere intimidade; parece convidá-lo a partilhar de seu cotidiano. Seria essa uma representação do Curral d'el Rei? Do passado tradicional negado pela Comissão Construtora da Nova Capital?



Julius Krauskal (Viena, 1897 – Belo Horizonte, 1995), ilustração de Belo Horizonte em 1947. In: SENNA, Nelson C. *Cinqüentenário de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1948. Acervo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

Com outro tipo de perspectiva, a segunda gravura transporta o observador para um ambiente urbano diverso, para outro tempo social.

Aí, a cidade verticalizada, dividida ao meio por uma rua aparentemente de mão única, desloca-se em direção a uma serra parcialmente encoberta pelas silhuetas dos arranha-céus. Quase livre de nuvens, o céu parece ceder espaço para as obras da engenharia humana. Em um vôo rasante e ascendente, os olhos vêem torres; natureza domada pela mão do homem; intuem segredos que perpassam um mundo pautado por relações sociais impessoais, anônimas e cosmopolitas. A pouca variação arquitetônica indica a dificuldade que a cidade tem

para abrigar suas idades; denota sua escolha pela constante e voraz renovação.

Essa foi a cidade reverenciada por Nelson de Senna. Para melhor celebrar a “cidade-conceito”,⁴ vista de cima para baixo, o memorialista abandonou a perspectiva *d’oiseau*. Pôs os pés no chão e caminhou. Não como um transeunte qualquer que, em vez de desvendar os textos inscritos em seu trajeto, desloca-se entre suas ruas com o objetivo de resolver questões cotidianas. Tampouco como um *flâneur* que observa as transformações urbanas e se abstém do ponto de vista moral. O deslocamento de Nelson de Senna esteve o tempo todo orientado por um objetivo predefinido: seu trajeto haveria de demonstrar a tese, partilhada por muitos, de que Belo

Horizonte cumpria a promessa de seus idealizadores, isto é, mantinha sua vocação para o novo, para o moderno.

Sintonizado com a pauta das teorias que nutriram as práticas urbanísticas da modernidade industrial e encontraram correspondência entre os defensores do desenvolvimentismo do pós-guerra, Nelson de Senna mergulhou nos dados oficiais cuidadosamente ordenados em seu arquivo pessoal e dele selecionou os “índices indicativos do progresso atual de Belo Horizonte”.⁵ A classificação e a organização atribuídas às fontes utilizadas sinalizam a consciência da finalidade de sua narrativa.

Celebração do progresso

Destinadas a celebrar a data mais importante do calendário da cidade – o cinquentenário de Belo Horizonte – suas palavras deveriam celebrar também o progresso da capital, as realizações das distintas administrações de uma cidade tutelada pelo poder estadual. Fundindo duas chaves analíticas próximas, porém distintas, ele identificava modernização com modernidade, obscurecendo assim as rachaduras históricas que sempre permeiam as práticas socioculturais das aglomerações urbanas.

Entrando e saindo do perímetro coberto pela avenida do Contorno (antiga avenida Doze de Dezembro), Nelson de Senna balizou seu deslocamento numa cadência marcada por pausas lentas e ligeiras. Como um urbanista que precisa propor soluções imediatas aos problemas da cidade, ele enxergou políticas de saúde e higiene onde havia doenças; transformou as carências urbanas em obras de saneamento; mostrou o burburinho de bondes, ônibus e automóveis onde predominavam as dificuldades de locomoção dos moradores.

Para combater a tese do isolamento da capital em relação ao restante do Estado e do país, deu destaque

à rede de transporte rodoviário, ferroviário e aéreo. Para medir o crescimento da malha urbana, deteve-se no surgimento dos novos bairros que, pouco a pouco, fragilizavam as antigas fronteiras espaciais da cidade, responsáveis, por sua vez, pela separação dos modos de vida dos habitantes das zonas urbana, suburbana e rural. Recordou também a eliminação das cafuas,⁶ que facilitara “as ligações entre os bairros da Barroca e do Calafate” – dando lugar ao “casario moderno do elegante e populoso Bairro de Lourdes” – e possibilitara a urbanização da região que ficava entre a estação férrea Pedro II e o bairro da Floresta, antes ocupada pela “primitiva favela dos cafuás de operários”.

Nelson de Senna chamou a atenção para a instalação da Cidade Industrial, em Contagem, nas vizinhanças da capital e, no intuito de destacar a vida intelectual e cultural da cidade, teceu a memória dos nomes e da localização de cada estabelecimento primário, secundário, normal, profissional e superior, bem como os de cada espaço de cultura da cidade. Lamentando, por vezes, a demolição “que não deixava qualquer vestígio dos velhos casarões” e de algumas edificações públicas, Nelson de Senna homenageou a renovação arquitetônica dos anos 1930, assinalada na verticalização da avenida Afonso Pena e de seus arredores.

Em seu afã de estabelecer ligações diretas entre passado e presente, Senna enfatizou o constante compromisso dos construtores de Belo Horizonte com a estética do novo. Para demonstrar sua tese, pousou longamente seu olhar sobre o edifício da Feira Permanente de Amostras, cuja construção viera ocupar o vazio deixado pela demolição do antigo Mercado Central.⁷ Se as estruturas de ferro do mercado, importadas da Bélgica, tinham simbolizado o diálogo da cidade planejada com a modernidade haussmaniana, o prédio da Feira de Amostras, inaugurado em 1º de setembro de 1935, representava a síntese imagética do *art déco* presente na Belo Horizonte dos anos 30.⁸ Edificação de utilidade



e valor estético controverso,⁹ o prédio da Feira de Amostras, como era chamado pelos belo-horizontinos, tinha quatro andares e uma torre de 30 metros, que abrigavam as instalações da Rádio Inconfidência, os salões de exposição para os produtos mineiros, além de bar, cinema e restaurante.

Essa “synthese do espírito progressista dos actuais dirigentes de Minas”,¹⁰ no dizer de autoridades da época, dialogava com a arquitetura dos prédios da Prefeitura, da antiga Alfândega (atual Secretaria do Estado da Agricultura), da sede do Automóvel Clube e, na região da praça da Liberdade, com a dos edifícios do Minas Tênis Clube e do Palácio Arquidiocesano. Juntos, eles renovavam dois dos espaços da Belo Horizonte concebida pela Comissão Construtora da Nova Capital de Minas Gerais.

Em seu *tour* urbano destinado a comprovar a tese da constante modernidade de Belo Horizonte, Nelson de Senna incluiu um trajeto novo. Enveredou pela avenida Presidente Antônio Carlos. Conduziu seus ouvintes, e depois seus leitores, até o mais novo cartão-postal da cidade, inaugurado em 2 de maio de 1942: o complexo arquitetônico da Pampulha. Em meio a muitos elogios aos prédios do Cassino, da Casa do Baile, ao Yatch-Club, ele não se conteve e manifestou sua opinião sobre a

bizarria e originalidade um tanto extravagante do estilo futurista de uma construção que era destinada a uma Igreja consagrada a São Francisco [...] obra mais de aspecto profano que de caráter liturgicamente religioso.¹¹

Atento às metodologias que iluminam a ação das elites, ele reverenciou a contribuição das nações estrangeiras para a edificação da capital e nomeou seus representantes consulares. Jogando o tempo todo com o lembrar e o esquecer, elogiou a seqüência linear do crescimento e desenvolvimento da cidade. Homenagens rendidas, Nelson de Senna avaliou: inegavelmente, os ganhos

superavam as perdas. A “formosa Metrópole Mineira” há muito superara o tempo das “ruas empoeiradas e por calçar, quase sem iluminação e transeuntes”.

Figuras como “o Patriota Fonseca, o Apaga-Vela, o Manezinho das Moças, o Zé-Bocô e o Chico Bispo, criaturas inofensivas e andejas”, pertenciam, definitivamente, ao tempo da memória. “Guardados na retina”, esses e outros traços da comunidade *face a face* teriam dado lugar ao vigor e à racionalidade da modernidade desenvolvimentista da cidade-capital que, nas palavras do palestrante, “estava fadada a ser, dentro, talvez, de mais meio século, uma das maiores metrópoles do Continente Sul-Americano”.

Modernização e modernidade

O cruzamento dos dados usados por Nelson de Senna com outros¹² mostra-nos que, ao identificar o conceito de modernização com o de modernidade, o conferencista do cinquentenário acabou por fabricar uma seqüência histórica por demais linear e equilibrada para a capital de Minas. Para sustentá-la, ele precisou jogar no esquecimento uma Belo Horizonte que também comportava hábitos de vida, carências materiais, modos de produzir e consumir que não integram nem a racionalidade técnica, nem o cosmopolitismo presentes nas metrópoles modernas.

Isso significa que seu ponto de partida não lhe possibilitou enxergar e avaliar as rachaduras que hoje sabemos fazer parte de toda e qualquer expressão da modernidade. Chave analítica multifacetada, a categoria *modernidade* abre-nos múltiplas e distintas portas; insere-nos em tempos não retilíneos; permite-nos estabelecer conexões que ligam o dentro e o fora, os centros e as margens, o público e o privado, a tradição e a própria modernidade.

A análise feita a partir das propagandas presentes nas revistas e nos jornais de uma cidade é um ponto de partida, dentre outros, para se perceber os entrelaçamentos entre o tempo da cidade *face a face* ao tempo da metrópole moderna. No caso específico da capital mineira, percebe-se que grande parte dos anúncios de mercadorias e serviços das décadas de 1920, 1930 e 1940 usava termos como “moderno”, “novo”, “elegante”, o que é um forte indício da assimilação e da sintonia com a dimensão moderna da cidade.

Contudo, é importante observar que os objetos e serviços anunciados remetem o leitor a um mundo feito a mão, isto é, marcado mais pela presença de artífices do que pela produção industrial. O que essas propagandas nos mostram é que, por ocasião do cinquentenário da “formosa Metrópole Mineira”, como a chamou Nelson de Senna, o cotidiano de cidade não podia prescindir do saber e do engenho de alfaiates, costureiras, bordadeiras, sapateiros, carpinteiros, funileiros, soldadores, ferreiros, marmoristas, seleiros, estofadores, engraxates, tintureiros, ourives e chapeleiros.¹³

Concentrados na área central da cidade (avenida Afonso Pena e suas imediações), esses ofícios também estavam presentes nas áreas então identificadas como suburbanas e rurais. Na década de 1920, a expressão maior do comércio ficava entre a praça Rio Branco, na altura onde hoje se localiza a estação rodoviária, até a praça Afonso Arinos, próximo do atual edifício da Faculdade de Direito da UFMG, sendo que a área mais concentrada girava em torno do quadrilátero que engloba as ruas Curitiba e Caetés, as avenidas dos Andradas e Amazonas até a atual praça Sete.

Nas duas décadas posteriores, as áreas de comércio foram se alargando. Além da região predominante nos anos 1920, surgem outros focos importantes dentro do

Anúncio da Alfaiataria Moyses. Revista *Argus*, ano 2, n. 11, agosto de 1936. Acervo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte





Anúncio da Alfaiataria Josias. Revista *Minas Tênis*, ano V, abril de 1945. Coleção Luís Augusto de Lima, Nova Lima, MG.

perímetro da avenida do Contorno, a saber: nas ruas Goitacases (área central), Bahia e Espírito Santo, na altura do Bairro de Lourdes; na rua Santa Catarina e na avenida Olegário Maciel, no bairro Santo Agostinho; e nas ruas dos Tupis, Goitacases e avenida Augusto de Lima, no bairro do Barro Preto. Com menor expressão, há um comércio também nas imediações do bairro São Lucas, entre a alameda Álvaro Celso e a atual avenida Professor Hugo Werneck.

Fora do perímetro da avenida do Contorno, a maior concentração do comércio se dava nos bairros Floresta, Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates. Nos anos 1940, percebe-se a expansão do comércio, ainda que pouco expressiva, para os atuais bairros de Santa Efigênia,

em direção ao Horto e, na outra extremidade, entre os bairros do Cruzeiro e São Pedro. A região do bairro do Prado, sobretudo ao longo da rua Platina, também era uma zona de atividade comercial.

Uso e costumes

Para nossos objetivos, vale a pena ressaltar: a legislação que regulava o funcionamento dessa síntese da geografia dos ofícios e das casas comerciais de Belo Horizonte sofreu pouquíssimas alterações desde a instituição do Imposto de Indústria e Profissão em 1899.¹⁴ Leis e decretos municipais foram sendo criados e reeditados ao longo das décadas seguintes. Na maior parte das vezes, eles definiam normas sobre horário de funcionamento do comércio, adequação de suas instalações sanitárias, afixação de placas de propaganda nas fachadas dos edifícios etc.

Além das oficinas de artífices e dos estabelecimentos comerciais, a legislação municipal sobre o funcionamento do comércio ambulante é outro bom termômetro para percebermos como os “índices indicativos do progresso atual de Belo Horizonte”, usados por Nelson de Senna, não eliminaram os hábitos de vida do que aqui chamamos de *cidade face a face*. Entre 1898 e 1923, uma série de leis e decretos reedita a proibição da venda de “aves em pé” pelas ruas da cidade. Tal repetição é indício de que, à revelia da legislação, esse comércio atendia a uma demanda dos moradores que, das janelas de suas casas, acorria aos gritos dos ambulantes que lhes vendiam não apenas as “aves em pé”, mas também os hortigranjeiros produzidos, em geral, nas áreas suburbanas.

Não podemos deixar aqui de lembrar uma litografia do fotógrafo francês Victor Frond feita nos arredores do Rio de Janeiro nos anos 60 do século XIX que denota o hábito de vender galinhas dependuradas pelos pés em uma haste. É bastante significativo que oito décadas

depois deparamo-nos com uma legislação que atesta a persistência de tal hábito numa cidade que contava com 70.646 habitantes.

Nos anos 1930, quando a cidade iniciava seu processo de verticalização e quando mais se passou a investir em calçamento de ruas e canalização dos rios, a documentação referente à cobrança do Imposto de Indústria e Profissões indica, em janeiro de 1931, o primeiro registro de uma *Oficina de Conserto Pneumático*. Índice do aumento de automóveis na cidade, vê-se, no entanto, que a modernidade inscrita nesse serviço não eliminou a existência da *Oficina de Ferraduras*, que atendia ao movimento de carroceiros responsáveis pela venda e distribuição de pães, leite e principalmente de lenha para os domicílios.

Regulamentado em abril de 1923, esse serviço garantia a distribuição do combustível mais usado na cidade, seja para alimentar as cozinhas dos moradores, seja para garantir o aquecimento da água para seus banhos e do aquecimento das casas entre os meses de maio e julho, quando as temperaturas variavam de 2,5° C a 3,4° C.¹⁵ Lembremos: a introdução do fogão a gás em Belo Horizonte data de 1949.¹⁶ A fumaça que saía das chaminés das casas devia ser tal que, em 1930, a Prefeitura promulgou legislação específica sobre o assunto. Destinada a regulamentar as construções do perímetro central, a Lei n. 363 também definia a altura mínima das chaminés das cozinhas, no intuito de minimizar os efeitos da fumaça nos edifícios que se verticalizavam.

Essa mesma lei também versa sobre o uso de aquecedores elétricos e à base de lâmpadas de querosene ou carbureto.¹⁷ Outros estudos têm indicado o quanto a cidade sofreu para solucionar o problema do uso e distribuição de energia elétrica. Sabe-se que até 1961 apenas 10% dos domicílios inseridos no perímetro urbano coberto pela Companhia Força e Luz de Minas Gerais usavam fogões elétricos.¹⁸



Anúncio da Alfaiataria Columbia. Revista *Minas Tênis*, ano V, abril de 1945. Coleção Luís Augusto de Lima, Nova Lima, MG.

Além disso, a área atendida pela referida companhia não cobria toda a extensão da metrópole.

Os dados da expansão da cidade física são evidências inequívocas do crescimento de sua população, da alteração do perfil de sua arquitetura e mesmo da expansão de suas áreas de comércio, ensino e lazer. O uso restrito das benesses da modernidade industrial evidencia a permanência de hábitos de vida mais condizentes com a gravura que Nelson de Senna escolheu para representar o Curral del Rei, ou a Cidade de Minas, do que aquela que ele definiu como expressão da “formosa Metrópole Mineira”.

Isso nos autoriza dizer que a Belo Horizonte do cinquentenário era, como tantas outras capitais do



Etiquetas de alfaiatarias e casas de modas de Belo Horizonte, 1930-1970. Coleção Luís Augusto de Lima, Nova Lima, MG.

país, e mesmo do exterior, um espaço que articulava, assimetricamente, diferentes tempos sociais; modos de vida que a colocavam entre as duas gravuras que o olhar de Nelson de Senna separou de forma tão drástica.

Retomando a temática das propagandas do comércio local, chama-nos a atenção a simplicidade da composição da maioria dos anúncios.

A imagem da página 85, extraída da *Revista Argus*, de 1936, é um dos poucos exemplos de uso de recurso visual nas propagandas das revistas e jornais locais. A maioria dos anunciantes se limitava a indicar o nome do estabelecimento, o endereço e uma ou outra frase com o objetivo de distinguir seu produto ou serviço dos de seus concorrentes.

Nessa representação, o uso de um clichê é, por si só, um diferencial no interior da categoria alfaiates. Sem embargo, a escolha da imagem e sua composição nos remetem a um padrão de visualidade característico dos catálogos de clichês que animaram a cultura propagandística de fins do século XIX e dos primeiros anos do século XX.¹⁹

Recordando sua vida entre os anos 1930 e 1940, o alfaiate Waldemar Boggione, nascido em 1920, criado no Bairro do Prado, que iniciou seu aprendizado de alfaiate aos 13 anos de idade, depõe:

O acesso aqui era pela rua Platina. E depois estendeu até a Gameleira. E havia nessa época bonde. Mais tarde apareceu o ônibus aqui [...].

Mais tarde foi que começou a funcionar também lotações. E os bondes trabalhavam de madrugada. Muitas vezes três e meia da madrugada começava a trabalhar. Aqui tinha uma padaria muito boa. Naquela época era bem diferente de hoje. Porque essa padaria, ela fazia entrega nas casas. Tinha bastante carroças de entregas. E carrocinhas bem fechadas, arrumadinhas. E eles levavam, era carne, era pão, tudo era... O leite vinha no leiteiro e media na hora. Agora a carne você já tinha a encomenda de carne. Sabia quantos quilos que a pessoa desejava. Vinha de manhã cedo entregar, punha na janela da pessoa. Naquela ocasião a gente podia ter as portas abertas que ninguém roubava. Não é? Era uma ocasião muito boa, muito saudável da gente poder conviver. A gente

vê que a sociedade naquela ocasião é... era muito pública. Hoje não. Hoje a sociedade é muito resumida, é muito trancada. Não tem mais aquela convivência, não é? Hoje a gente não sabe o nome do vizinho. Antigamente não. O pessoal sentava assim... assim à tarde, quando vinha do trabalho, já tivesse tomado banho. Sentava ali e ia conversar com o vizinho. Então é... uma comunidade muito comunicativa, não é? É... a gente conhecia todo mundo, todo mundo conhecia a gente. É, havia... uma vida muito diferente. Aqui no bairro tinha boiada, tinha carros de bois que faziam entrega das coisas. Também passava por aí para trazer lenha. Naquela ocasião se usava muito era lenha, porque não tinha fogão elétrico, não tinha nada disso. É tanto que quando a pessoa levantava de

manhã via que: — Ah lá, fulano de tal já levantou. Porque via fumaça na chaminé. Né? E hoje é tudo diferente. Hoje você não conhece ninguém. É diferente, né? [...].²⁰

As lembranças de nosso entrevistado se assemelham às memórias de outros artífices (alfaiates, como ele, sapateiros, barbeiros), assim como daquelas que permearam o cotidiano de outros entrevistados que viviam nas áreas centrais da cidade e pertenciam a grupos sociais mais abastados. Em todos eles, as reminiscências das cadeiras nas portas da rua ao entardecer, do leite colocado nas janelas das casas,

dos gritos dos mascates que vendiam todo tipo de mercadoria, do *footing* na praça da Liberdade mesclam-se a hábitos mais cosmopolitas como, por exemplo, freqüentar os tantos cinemas da cidade, os bares e cafés, as partidas de futebol e os colégios, fossem eles públicos ou privados.

Por fim, cabe observar, o cruzamento de evidências nos coloca diante de uma Belo Horizonte marcada pela conjugação, por certo assimétrica, entre tradição e modernidade. Vista sob essa perspectiva, sua história se desmistifica, isto é, se aproxima mais da cidade real que da cidade ideal.

Cartão do Atelier Monsã, de Domingos Xavier Andrade, o Monsã, e Érico de Paula. Fundado em 1927, foi o primeiro escritório de *design* gráfico de Belo Horizonte. Coleção Luís Augusto de Lima, Nova Lima, MG.



Notas |

* Este artigo é parte de uma pesquisa mais ampla, intitulada *Pequenos Ofícios em Belo Horizonte: na história e na memória, 1920-1960*, que conta com a colaboração dos bolsistas de Iniciação Científica Lucas Carvalho Soares de Aguiar Pereira (PIBIC/CNPq) e Carla Corradi Rodrigues (Probic/Fapemig).

1. SENNA, Nelson C. de. *O Cinquentenário de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1948. p. 52 – 55.

2. *Idem*.

3. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Arquivo Pessoal Nelson de Senna, Inventário analítico, Série Correspondência, documentos nºs: 1110;1111;1117;1127; 1128;1130; 1137; 1140; 1153; 1165; 1167; 1174; 1253. Esta correspondência cobre os anos de 1948 a 1951.

4. Michel de Certeau chamou de cidade-conceito à cidade-quadro, isto é, aquela que nos chega através do olhar totalizante do *voyeur* que, de cima para baixo, constrói textos que apontam as preocupações dos urbanistas. Sobre essas questões, ver: DE CERTEAU, Michel. *Andando na Cidade. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 21-31, 1994.

5. SENNA. *O Cinquentenário de Belo Horizonte*, p. 25. Todas as aspas que adjetivam Belo Horizonte, extraídas do discurso de Nelson de Senna, não serão mais referenciadas em nota.

6. Segundo Berenice Guimarães, *cafua* é uma terminologia usada na época para designar as casas de barro cobertas com capim. Outros tipos de moradias eram feitas e utilizadas para abrigar a população pobre da cidade. Os barracos eram feitos de tábuas e cobertos por capins ou zinco, e os barracões eram de alvenaria e recebiam autorização para serem construídos. GUIMARÃES, Berenice. *Cafuás, barracos e barracões*: Belo Horizonte, cidade planejada. Tese (Doutorado), IUPERJ, Rio de Janeiro, 1991.

7. FREIRE, Ana Lucy Oliveira. 100 anos de BH: o lugar do mercado central na metrópole centenária. In: PAIVA, Eduardo F. (Org.). *Belo Horizonte: histórias de uma cidade centenária*. Belo Horizonte: Faculdades Integradas Newton Paiva, 1997. p. 83-109.

8. Com outras palavras Nelson de Senna caracterizou este edifício da mesma forma que alguns arquitetos dos anos de 1990. Sobre isso, ver: CASTRIOTA; PASSOS, *apud* AGUIAR, Tito F. Rodrigues de. *Panorama Fotográfico de Belo Horizonte*: a imagem de um espaço em transformação. Belo Horizonte, 2001. p. 14 (mimeo).

9. Segundo Sylvio de Vasconcelos, então professor da Escola de Arquitetura e chefe do SPHAN em Minas Gerais desde 1940, o prédio da Feira Permanente de Amostras era um “tremendo arremate da nossa bela Avenida Afonso Pena”. Da mesma forma, ele dissera que o do Minas Tênis Clube, “um grandíssimo túmulo já levantado na decadência do estilo”. Sobre essas avaliações, ver: PERRI, Márcio Guimarães. Prefácio. In: LEFÈVRE, René; VASCONCELLOS, Sylvio de. *Minas: cidades barrocas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Edusp, 1968. p. XIV; VASCONCELLOS, Sylvio de. *Arquitetura eclética marca Belo Horizonte*. In: ARAÚJO, Laís Corrêa. *Sedução do Horizonte*. Belo Horizonte: FJP, 1996. p. 112-115. (Coleção Centenário). Sobre as análises dos anos 1990, ver: CASTRIOTA; PASSOS, *apud* AGUIAR, Tito F. Rodrigues de. *Panorama Fotográfico de Belo Horizonte*: a imagem de um espaço em transformação. Belo Horizonte, 2001 (mimeo); NORONHA, Carlos Roberto. *Área central de Belo Horizonte*: arqueologia do edifício vertical e espaço urbano construído. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999, p. 139; LEMOS *apud* NORONHA, Carlos Roberto. *Área central de Belo Horizonte*, p. 140.

10. A Feira Permanente de Amostras e sua importância. Impressões dos Srs. Getúlio Vargas, Antonio Carlos, Medeiros Netto, Gustavo Capanema, Euvaldo Lodi e Lahyr Tostes. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 4 de setembro de 1935. p. 1 e 4.

11. SENNA. *O Cinquentenário de Belo Horizonte*, p. 30.

12. A coleta documental que dá suporte à pesquisa: *Pequenos Ofícios em Belo Horizonte: na história e na memória, 1920-1960* vem sendo feita a partir dos relatórios dos diferentes prefeitos da cidade, dos códigos de Postura Municipal, dos recenseamentos realizados pelo poder municipal, de almanaques, da obra de outros memorialistas da cidade, de dados da autarquia estadual, de dados do Plambel, então responsável pelo planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte e da memória oral de artífices que viveram na cidade entre os anos 1930 e 1960.

13. LANÇAMENTO de Impostos de Indústria e Profissões. Seção da Fazenda. APCBH, fundo CC.03.02.01, anos de 1920-1921; 1930-1931 e 1940-1941.

14. *COLEÇÃO das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais. Decreto n.1240 de 2 de Janeiro de 1899. Approva o regulamento para lançamento e cobrança de impostos pela Prefeitura*. APCBH.

15. REIS, Mateus Favaro. *A cidade moderna movida à lenha*: um estudo sobre a tradição e a modernidade de Belo Horizonte por meio das formas de energia utilizadas por sua população, 1897-1923. Monografia –Programa de Aprimoramento Discente – PAD, Curso de História, Fafich, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. p. 48-49.

16. *Ibidem*, p. 50.

17. *Idem*.

18. DINIZ, Joubert. *Estudo do mercado energético da Companhia Força e Luz de Minas Gerais*. Evolução Histórica – Perspectivas Futuras. Belo Horizonte: CEMIG, 1964. p. 117.

19. Sobre as imagens de um desses catálogos, ver: MARTINS FILHO, Plínio (Org.). *Catálogo de Clichês D. Salles Monteiro*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

20. Waldemar Boggione. Alfaiate. Entrevista realizada por Maria Eliza Linhares Borges, Lucas Carvalho S. de A. Pereira (PIBIC-CNPq) e Anelise Suzane Coelho (bolsista voluntária). *Pequenos Ofícios na Memória e na História – Belo Horizonte 1920-1960. Programa de História Oral do Centro de Estudos Mineiros da FAFICH/UFMG*. Belo Horizonte. 08/06/2006.

Maria Eliza Linhares Borges é graduada em história pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre em sociologia pela mesma universidade e doutora em sociologia pela Sociedade Brasileira de Instrução (SBI/Iuperj). Atualmente é professora do Departamento de História da UFGM. Coordena o Programa de História Oral do Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich/UFMG).